


“No means no”: The news coverage of the SlutWalk in Portugal


“Não é não”: a cobertura jornalística da SlutWalk em Portugal

Carla Cerqueira*, Célia Taborda**, Ana Sofia Pereira***, Inês Rua****

*  Universidade Lusófona, CICANT (carla.cerqueira@ulusofona.pt)

**  Universidade Lusófona, CICANT (celia.taborda@ulusofona.pt)

***  Universidade Lusófona, CICANT (ana.sofia.pereira@ulusofona.pt)

****  Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (ines.rua@hotmail.com)

Abstract

The SlutWalk movement (referred to in Portugal as “Marcha das Galdérias”) emerged in 2011 in Canada as a protest against victim-blaming in cases of harassment and sexual assault, perpetuated by patriarchal culture, reaffirming women’s right to self-determination over their bodies and asserting that sexuality is political (Cruz & Cerqueira, 2017). What began as a local march quickly transformed into a transnational movement with national characteristics, spreading to roughly 50 countries over the years (Chidgey, 2021). Given its global impact and transnational reach, this study aims to understand how the SlutWalk movement was covered by the media in Portugal, what kind of visibility it received, and which agendas were addressed, as well as how local specificities of the movement were conveyed by traditional media. Drawing on a thematic analysis (Braun & Clarke, 2006) of 43 journalistic pieces published between June 2011 and September 2021, collected from six national newspapers and one magazine with the largest paid digital circulation in Portugal, three main themes were identified: “Rape culture”; “Judicial (in)justice”; and “Feminism is for everyone?”. The findings show an inconsistent and limited news coverage of the SlutWalk in Portugal, failing to fully explore the movement’s agendas. On the other hand, they also reveal resistances towards SlutWalk (and the bold clothing worn by march participants) and towards feminisms in Portugal, suggesting these may not yet be accepted by “everyone”.

Keywords: SlutWalk, Feminisms, Portugal, News Coverage, Traditional Media.

Resumo

O movimento SlutWalk (conhecido em Portugal como Marcha das Galdérias) surgiu em 2011, no Canadá, como protesto contra a culpabilização das vítimas de assédio e agressão sexual, perpetuada pela cultura patriarcal, reafirmando o direito das mulheres à autodeterminação sobre os seus corpos e a asserção de que a sexualidade é política (Cruz & Cerqueira, 2017). O que começou como uma marcha local rapidamente se transformou num movimento transnacional com particularidades nacionais, expandindo-se por cerca de 50 países ao longo dos anos (Chidgey, 2021). Atendendo ao seu impacto global e alcance transnacional, este estudo pretende compreender como foi feita a cobertura jornalística do movimento SlutWalk em Portugal, que expressão teve e que agendas foram abordadas, bem como as especificidades locais do movimento veiculadas através dos meios de comunicação tradicionais. Com base numa análise temática (Braun & Clarke, 2006) de 43 peças jornalísticas publicadas entre junho de 2011 e setembro de 2021, recolhidas em seis jornais nacionais e uma revista com maior circulação

digital paga em Portugal, três temas principais foram identificados: "Cultura de violação"; "(In)justiça judicial"; e "O feminismo é para toda a gente?". Os resultados denotam uma cobertura jornalística da SlutWalk em Portugal inconsistente e limitada, que não aproveita as agendas do movimento para as explorar devidamente. Por outro lado, revelam ainda resistências em relação à SlutWalk (e roupa ousada de participantes da marcha) e aos feminismos em Portugal, demonstrando que estes podem ainda não ser aceites por "toda a gente".

Palavras-chave: SlutWalk, Feminismos, Portugal, Cobertura Jornalística, Média Tradicionais.

Introdução

"Aconselharam-me a não dizer isto, mas as mulheres deviam evitar vestir-se como galdérias para não serem vitimizadas" foram as palavras proferidas pelo polícia Michael Sanguinetti num seminário sobre violência sexual na Universidade de York, em Toronto, a 24 de janeiro de 2011, atribuindo aos corpos das mulheres a culpa pela violência sexual a que são sujeitas (Carr, 2013; Herriot, 2015; Rush, 2011). Insurgindo-se contra esta afirmação, a culpabilização das vítimas/sobreviventes inerente a mitos de violação e defendendo a autodeterminação das mulheres sobre os seus próprios corpos, um grupo de mulheres deu início a uma onda de protestos no meio digital (através da criação de contas no Twitter e no Facebook e de um *website*) que levou à viralização do *hashtag* #SlutWalk e à mobilização para a marcha de rua que viria a reunir mais de três mil pessoas. A 3 de abril de 2011 ocorreu a primeira SlutWalk em Toronto, com o tema "Because We've Had Enough", tendo dois objetivos primordiais: ressignificar a palavra "slut" e afirmar que as agressões sexuais não são culpa das mulheres, independentemente de estas serem categorizadas como "slut" ou não (Carr, 2013; Herriot, 2015).

A luta contra a violência sexual não é, por si só, "a" novidade deste movimento. Por vários anos, os feminismos têm vindo a problematizar a designada cultura de violação, denunciando um contexto sociocultural em que a agressão masculina é naturalizada e em que persiste a ideia de que os homens detêm o controlo sobre os corpos das mulheres, tornando, assim, a violação em algo percebido como "inevitável" (Mendes, 2015; Williams, 2007). Nas agendas da SlutWalk também constam a luta contra a violência sexual, a culpabilização das vítimas e a cultura da violação, porém, o ponto distintivo do movimento é o facto de ter conseguido captar a atenção dos média tradicionais, quer a nível internacional (Mendes, 2015; Prudencio et al., 2016), quer a nível nacional. A viralização da SlutWalk no mundo digital (particularmente nas redes sociais) fez com que o movimento se tornasse relevante para ser noticiado, contribuindo para o ressurgimento de temas associados aos feminismos na esfera pública (Mendes, 2015).

A cobertura mediática, apesar de contribuir para a sensibilização da esfera pública, tende, frequentemente, a apresentar a violência sexual através de um enquadramento episódico, o que pode contribuir para a perpetuação de mitos que minimizam a gravidade do problema, refletindo práticas jornalísticas influenciadas por estruturas patriarcais (Mendes, 2015; Santos et al., 2022; Cerqueira et al., 2023). Em Portugal, a relação dos média com a cultura da violação é complexa, oscilando entre a reprodução de estereótipos e a promoção de abordagens feministas (Garraio et al., 2023; Cruz & Cerqueira, 2017). Talvez por essa razão, e não obstante a importância mediática que o movimento tem assumido noutros contextos, em Portugal a investigação sobre a SlutWalk permaneça limitada, sobretudo no que diz respeito à forma como foi enquadrada pelos meios de comunicação tradicionais. Até ao momento, os estudos existentes têm-se centrado, maioritariamente, na presença e expressão do movimento nas redes sociais digitais (Cruz &

Cerqueira, 2017; Cruz et al., 2018), deixando por explorar a cobertura jornalística, nomeadamente a forma como os média tradicionais contribuíram para a sua visibilidade, interpretação e enquadramento.

É precisamente esta lacuna que serve de ponto de partida para o presente artigo. Tendo em conta a expressão transnacional e glocal da SlutWalk, bem como as estratégias de ação que o movimento adotou para evidenciar a cultura misógina que promove códigos de conduta sobre os corpos das mulheres (Carr, 2013), propõe-se aqui uma análise temática (Braun & Clarke, 2006) da cobertura jornalística do movimento em Portugal entre junho de 2011 e setembro de 2021 a partir dos seis jornais e uma revista com maior circulação digital paga em Portugal segundo a APCT - Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (s.d.) – *Correio da Manhã, Diário de Notícias, Expresso, Jornal de Notícias, Observador, Público* e a revista *Sábado*. Procura-se, assim, compreender: (1) como foi feita a cobertura jornalística do movimento SlutWalk em Portugal, que expressão teve e que agendas foram abordadas; e (2) quais as especificidades locais do movimento veiculadas através dos meios de comunicação tradicionais.

SlutWalk: um movimento transnacional

Tudo começou no Canadá, em janeiro de 2011, na sequência de diversos casos de violência sexual contra mulheres na Universidade de Toronto. Numa sessão informativa sobre segurança no *campus*, o polícia Michael Sanguinetti fez comentários que culpabilizavam as mulheres pela sua agressão. Pese embora tenha vindo a pedir desculpa, era tarde demais (Carr, 2013; Herriot, 2015). O comentário teve repercussões imediatas no meio digital, com a criação de contas de Twitter, Facebook e de um *website*, gerando uma onda de protesto espontânea que levou à primeira SlutWalk em Toronto – marcha na rua – a 3 de abril de 2011 sob o lema “Because We’ve Had Enough” (Carr, 2013; Herriot, 2015). O que começou por ser um protesto local rapidamente se disseminou por várias cidades do mundo, chegando a ser promovidas marchas em cerca de 50 países (Chidgey, 2021).

As redes sociais digitais foram o elemento catalisador das marchas SlutWalk. Foi através do Facebook que a co-fundadora Heather Jarvis leu uma publicação sobre os comentários de Michael Sanguinetti e entrou em contacto com Sonya Barret, tendo as duas criado a página de Facebook, o *website* e a conta de Twitter para publicitar a primeira SlutWalk Toronto (Mendes, 2015). Passando do digital para as ruas, num clima otimista e divertido, mas ao mesmo tempo moralmente sério (Carr, 2013), as SlutWalks consistem em marchas que geralmente terminam com discursos de sobreviventes de agressões sexuais, profissionais do sexo e organizações anti-violação, podendo também incluir outros eventos como *workshops, flashmobs*, leitura de poesia e outras atividades (Mendes, 2015).

A SlutWalk faz uso do ativismo *online* e *offline* para protestar contra realidades como cultura de violação, “slut-shaming” e culpabilização das vítimas de violação (Darmon, 2014). Por muito tempo, a violação foi vista a partir do prisma de “um ato do predador contra a vítima” e não como um problema social (Williams, 2007, p. 3792), pelo que as feministas procuraram estabelecer uma relação de causa e efeito entre empoderamento das mulheres e violação (Williams, 2007). Foi principalmente a partir de 1970 que se começou a falar sobre uma “cultura da violação” e que a violência sexual passou a ser vista como uma questão estrutural e sistémica, procurando-se desenvolver formas de alertar e consciencializar o público para a cultura de violação enquanto uma forma de poder e de controlo sobre as mulheres através do medo (Johnson & Johnson, 2017; Mendes, 2015; Williams, 2007).

"Slut" é uma palavra associada a esta cultura de violação e usada para descrever mulheres que têm má reputação por manterem relações sexuais com diversos parceiros (Carr, 2013). O termo pretende contribuir para a perpetuação do controlo da sexualidade e dos corpos das mulheres, sendo que "slut-shaming" se torna numa "ferramenta poderosa para atacar e desacreditar raparigas e mulheres cujo comportamento ou discurso é inconformista e rebelde, ou que ousam responsabilizar os homens pelas suas ações" (Carr, 2013, p. 30). Através da apropriação do conceito "slut" e sua resignificação, o movimento procura transformar um termo pejorativo para as mulheres numa palavra de resistência e ato político. Esta é uma das marcas distintivas da SlutWalk: além de lutar pela justiça social (à semelhança de outros movimentos), é a primeira manifestação que tenta alcançar os seus objetivos através da reapropriação da linguagem (Gaucher et al., 2015).

Uma outra característica da SlutWalk é a indumentária utilizada pelas manifestantes, roupa considerada de "slut", mais indiscreta (Prudencio et al., 2016), que pretende contrariar a cultura de violação que dita que o que uma mulher veste pode ser motivo para a sua vitimização (Mendes, 2015; Williams, 2007). Usando os seus corpos como um instrumento político, as participantes nas manifestações de rua apropriam-se do espaço público através de uma forma de protesto performativo e comunicativo: vestem-se de maneira provocadora, de freiras, de vampiros/as, com pinturas no corpo, tocam batuques e empunham cartazes improvisados, marcham, dançam e partilham as suas histórias de agressão sexual e humilhação (Carr, 2013). A SlutWalk pretende, assim, desafiar mitos vigentes relativamente à violência sexual que perpetuam a culpabilização das mulheres pela sua vitimização (Gaucher et al., 2015). Esta culpabilização das vítimas advém da própria cultura de violação: sobre as mulheres recai a responsabilidade de restringirem os seus comportamentos de modo a controlar os dos homens (Williams, 2007). Quando falham este propósito, os comportamentos das mulheres são considerados a causa da violação, partindo-se da falácia socialmente construída que ensinou a esfera pública a "acreditar que os homens são predadores sexuais por natureza" (Williams, 2007, p. 3793).

Neste sentido, um dos objetivos da SlutWalk é também incentivar a melhoria dos sistemas policiais e judiciais para lidar com casos de violência sexual (Mendes, 2015). A cultura de violação não só representa um contexto onde as mulheres são violadas, mas também onde os agressores não são devidamente condenados (Mendes, 2015; Williams, 2007). Segundo Janeille Zorina Matthews (2023), embora se espere que a objetividade seja um critério orientador da aplicação da lei em sociedades democráticas, os órgãos policiais e judiciais têm também ideais e preconceitos associados às suas próprias vivências e experiências pessoais. Quando, nas tomadas de decisões, mesmo que inconscientemente, estes se deixam guiar por narrativas e estereótipos considerados "problemáticos", o serviço à justiça fica comprometido, resultando em decisões que perpetuam as desigualdades de género e legitimam a violência contra as mulheres (Matthews, 2023). Pese embora contemplando agendas de pendor feminista, a SlutWalk não foi unanimemente considerada como um movimento feminista. Desde logo, houve quem considerasse a palavra "slut" como tendo raízes demasiado profundas na visão patriarcal da sexualidade das mulheres e num mundo "pornificado" (Gaucher et al., 2015; Taneja, 2019). Não sendo o uso da expressão consensual neste movimento que se tornou transnacional, diferentes terminologias foram utilizadas mediante a posição adotada pela organização e pelo contexto nacional em que ocorreram (Herriot, 2015). Exemplo disso é o das manifestações em Deli que adotaram o termo "Besharmi Morcha" (protesto sem vergonha/marcha descarada) (Herriot, 2015; Taneja, 2019). Nesta cidade da Índia, não só não foi usada a mesma semântica, como também não se optou pela

mesma indumentária que caracteriza as marchas, tendo a organização afirmado que as pessoas participantes deveriam usar roupas “normais” (Taneja, 2019). Assim, as diversas denominações das marchas não se pautaram apenas por diferenças linguísticas, mas também por mudanças dentro das mesmas, motivadas por cenários culturais e políticos divergentes (Mendes, 2015).

Adicionalmente, uma outra crítica feita ao movimento resulta do mesmo ser visto como predominantemente branco e para classes sociais médias e altas, não procurando abarcar outras características identitárias (Gauche et al., 2015). Aliás, o próprio termo “slut” comporta uma história diferente para mulheres negras e mulheres brancas (Gaucher et al., 2015). Dezenas de pessoas assinaram “Uma Carta Aberta de Mulheres Negras à Marcha das Vadias” (Black Women’s Blueprint, 2016) alertando para os padrões históricos de exclusão das mulheres negras dos feminismos e desafiando o movimento a mudar o seu nome, bem como a trazer as vozes das mulheres negras para o primeiro plano (Carr, 2013; Mendes, 2015).

SlutWalk em Portugal

Em Portugal, a SlutWalk é descrita como “movimento feminista interseccional internacional contra a cultura de violação e o assédio da mulher no espaço público ou privado”, como se pode ler na página de Facebook da SlutWalk Porto (SlutWalk Porto, 2015). A interseccionalidade tem sido um conceito abraçado pelo movimento feminista, uma vez que permite ligar diferentes formas de opressão, contribuindo para a luta e criação de feminismos plurais (Oliveira & Murad, 2022). Já a transnacionalidade permite que se estabeleçam alianças entre mulheres de todo o mundo, favorecendo a criação de uma agenda global feminista (Oliveira & Murad, 2022). Desta forma, as mulheres não são inseridas numa única categoria, destacando-se pela sua pluralidade e pelo reforço de identidades distintas.

As primeiras Marchas das Galdérias (como ficou conhecido o movimento em Portugal) ocorreram em 2011 (Cruz & Cerqueira, 2017). Em Lisboa, a 25 de junho, centenas de pessoas marcharam desde o Largo do Camões até ao Rossio, fazendo ecoar a mensagem “Não é não” (Henriques, 2011). Já no Porto, o primeiro protesto teve lugar a 13 de agosto, desde a Cordoaria até à Praça dos Poveiros, passando pelas Galerias de Paris e Aliados (Lusa, 2011). No contexto nacional, no período de 2011 a 2017, as SlutWalk Lisboa e SlutWalk Porto não marcaram presença todos os anos, havendo um interregno em 2013 e 2014 (Cruz & Cerqueira, 2017). À data de 2017, 15 pessoas integravam ativamente a organização da SlutWalk Porto, tendo entre 20 e 35 anos e sendo trabalhadoras de diferentes áreas e de classe média (Lusa, 2017a).

A realização destas marchas em Portugal foi também impulsionada por acórdãos judiciais, particularmente os do Tribunal da Relação do Porto, apelidados de “justiça machista”. O acórdão do Tribunal da Relação do Porto que decretou, em 2011, a absolvição de um psiquiatra condenado por violação de uma paciente grávida mereceu a atenção da SlutWalk, sendo os protestos contra o mesmo associados ao movimento quer em 2011, quer em 2012 (Henriques 2011). Já em 2018, a organização de protestos pela SlutWalk Porto teve como força motriz a decisão do Tribunal da Relação do Porto que manteve em liberdade, com pena de prisão suspensa, dois homens que violaram uma mulher inconsciente na casa de banho de uma discoteca (Público, 2018). A fundamentação para a aplicação desta pena suspensa foi a existência de um alegado ambiente de sedução mútua, uso abusivo do consumo de álcool e falta de ferimentos graves (Santos et al., 2022).

A Convenção de Istambul (Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica de 2011), primeiro instrumento dentro da União Europeia a criar um quadro legal para a luta contra a violência de género, foi ratificada por Portugal em 2013, impulsionando importantes mudanças legislativas no país relativas a esta problemática. Ainda assim, a aplicação da legislação por meio de sentenças judiciais ainda expõe e perpetua mitos de violação (Santos et al., 2022), como são exemplo os acórdãos referidos supra. Dado que a cultura de violação, que normaliza a violência sexual e que culpa as vítimas pelas agressões, afeta o sistema judicial (Thacker, 2017), esta foi uma das preocupações incluídas nas marchas em Portugal.

Uma nota diferenciadora do movimento português é o facto de, contrariamente à SlutWalk Internacional que utilizou o Twitter como canal de difusão de informação (a partir do *hashtag* #SlutWalk), os grupos responsáveis pelas marchas em Portugal não terem começado por marcar presença nesta rede social (Cruz & Cerqueira, 2017). Num primeiro momento, nos anos de 2011 e 2012, a SlutWalk Porto e a SlutWalk Lisboa optaram pelo uso do *website* como “elemento central de promoção (juntamente com a página da Wikipedia)” e pela criação de grupos fechados no Facebook (Cruz & Cerqueira, 2017, p. 225). Só a partir de 2015 é que o protesto em Portugal passou a incluir diversas formas de integração de redes sociais, nomeadamente no Facebook, no Twitter e no Instagram (em 2016). No mesmo ano, a página SlutWalk Porto foi também promovida pela SlutWalk Internacional (Cruz et al., 2018).

Outra característica distintiva nacional é a ausência de celebridades associadas ao movimento português. Red Chidgey (2021) refere o conceito de “feminismo de celebridades”, identificando uma nova geração de ativistas famosas que procuram envolver-se em causas feministas. Enquanto a modelo e a personalidade Amber Rose teve um forte impacto na dinamização da SlutWalk em Los Angeles (Chidgey, 2021), em Portugal não há celebridades associadas ao movimento.

Cobertura mediática da SlutWalk: a cultura de violação nos média tradicionais

A SlutWalk, que emergiu num âmbito local, logrou não só expandir-se globalmente, como também ter cobertura jornalística por um longo período de tempo que lhe permitiu ganhar visibilidade para iniciar “um processo de comunicação política” (Prudencio et al., 2016, p. 89). Assim, uma das componentes mais significativas destas marchas é a sua capacidade de captar a atenção dos média tradicionais (Mendes, 2015). Para Margaretha Geertsema-Sligh (2019), existem fatores positivos e negativos a destacar na cobertura jornalística da SlutWalk. Positivamente, sublinha-se o facto de os média tradicionais terem procurado abordar a cultura de violação e a violência contra as mulheres. Como exemplo negativo, Kaitlynn Mendes (2015) reflete sobre como as intenções da SlutWalk foram mal interpretadas, o que levou a que o movimento fosse alvo de várias críticas, nomeadamente na forma como os média aproveitaram para discutir a cultura da violação.

Os esforços dos movimentos feministas para denunciar a cultura de violação têm contribuído para uma maior consciência pública em torno desta problemática, ao ponto de grande parte da sociedade, incluindo os média, dizerem conseguir “intuitivamente saber o que significa cultura de violação” (Williams, 2007, p. 3792). No entanto, esta noção de “intuição” revela-se problemática, uma vez que a cultura de violação engloba diversas questões, nomeadamente a forma como os média perpetuam representações que posicionam as mulheres como figuras secundárias e subordinadas aos homens (Williams, 2007). Segundo

Kaitlynn Mendes (2015), a cobertura jornalística internacional da SlutWalk não procurou, de forma geral, desafiar mitos de violação enquanto falsas ideias ou crenças culturais relativas à violência sexual que estão enraizadas na sociedade e que perpetuam a ideia que a violação acontece apenas em determinados contextos e condições, contribuindo para a normalização, desculpabilização e invisibilização desse crime (Mendes, 2015). A SlutWalk, como movimento, pretendeu aumentar a consciência sobre a violência sexual e a cultura da violação (Mendes, 2015), pelo que o papel dos média tradicionais, que divulgaram o movimento, se torna fundamental na formação da percepção pública sobre estas questões. Os média podem desempenhar um papel crucial não apenas na desconstrução do mito de que as mulheres são violadas devido à roupa que vestem, mas também (e sobretudo) ao sublinharem que “as mulheres são violadas porque os homens escolhem violá-las” (Mendes, 2015, p. 93), destacando a violência sexual no contexto da cultura de violação (Mendes, 2015). Ainda assim, a violência sexual é frequentemente retratada pelos média num “enquadramento episódico” (Santos et al., 2022), que ignora o contexto sociocultural mais amplo e desperdiça o potencial informativo e transformador da cobertura jornalística.

Segundo Carla Cerqueira, Célia Taborde e Ana Sofia Pereira (2023), os média tradicionais são, muitas vezes, “responsáveis por exteriorizar e perpetuar a violência simbólica em relação às mulheres vítimas de assédio, violência sexual e de género, contribuindo para naturalizar as múltiplas formas de violência, nomeadamente a cultura da violação” (p. 5). Neste sentido, importa valorar o poder dos média tradicionais em influenciar a percepção do público sobre certas questões, fomentando a formação de atitudes, crenças e comportamentos (Cerqueira et al., 2023, p. 5). Em casos de violência sexual, e dado que a sociedade atualmente ainda assenta em estruturas patriarcais, o princípio da objetividade, basilar para o jornalismo, pode acabar por reproduzir narrativas que favorecem o agressor (Santos et al., 2022). A atuação do sistema judicial é também permeável a esta influência que os média exercem na sociedade, podendo a mesma afetar quer o resultado de decisões judiciais, quer a forma como a violência contra as mulheres é tratada durante todo o processo (Thacker, 2017).

Em Portugal, habitam no jornalismo práticas que coexistem de forma divergente e contraditória no que concerne à violência sexual. Por um lado, o jornalismo português parece ter vindo a contribuir para a reprodução e validação de mitos de violação. A falta de formação de profissionais sobre violência de género, a economia política dos média (precariedade laboral e imediatismo na produção de notícias), o sensacionalismo da imprensa popular e a persistência do sexismo são fatores que contribuem para que tal aconteça. Por outro lado, existem exemplos de práticas jornalísticas portuguesas que posicionam a cultura de violação como um problema social relacionado com as desigualdades de género, com as formas de violência contra as mulheres e com o pensamento patriarcal. Neste caso, a crescente participação de mulheres no jornalismo, a maior oposição às desigualdades e violência de género na sociedade portuguesa e o pensamento feminista têm influenciado a adoção de práticas que olham para a violência sexual como um problema social (Garraio et al., 2023).

Quanto à SlutWalk em Portugal, e uma vez que “a dimensão transnacional do movimento, a qual poderia ser consolidada através destas plataformas digitais, parece não ser visível, não existindo uma estratégia de comunicação global, que sublinhe as especificidades locais” (Cruz & Cerqueira, 2017, p. 229), a análise dos média tradicionais torna-se particularmente relevante. Ainda que o movimento tenha marcado presença nas ruas e nas redes em Portugal desde 2011, será que tem tido expressão nos média nacionais? E se sim, como?

Percurso metodológico

A partir das questões 1. Como foi feita a cobertura jornalística do movimento SlutWalk em Portugal, que expressão teve e que agendas foram abordadas?; 2. Quais as especificidades locais do movimento veiculadas através dos meios de comunicação tradicionais?, este artigo procura compreender como é que os jornais e revistas de informação nacionais representam a SlutWalk.

Foram selecionados seis jornais e duas revistas com a maior circulação digital paga em Portugal, segundo a APCT – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (s.d.), entre 2011 (o início do movimento) e o início de 2023. Esta seleção inclui cinco jornais diários (*Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Público*), incluindo um nativo digital (*Observador*), duas revistas semanais (*Sábado* e *Visão*) e um jornal semanal (*Expresso*).

Os dados para o estudo foram extraídos manualmente dos *websites* de cada um dos jornais e revistas com as palavras-chave “SlutWalk”, “Marcha das Vadias” (variante no Brasil), “Marcha das Galdérias” (variante em Portugal) e “Culpabilização da vítima” como critérios de pesquisa. O período de recolha dos dados começou numa data não especificada em 2011 e terminou em fevereiro de 2023. No total, foram recolhidas 43 peças jornalísticas num período que se estende entre junho de 2011 e setembro de 2021.

Metodologicamente, recorreu-se à análise temática conforme enunciada por Virginia Braun e Victoria Clarke (2006). Este método de índole qualitativa permite seguir uma abordagem acessível e teoricamente flexível que possibilita identificar, analisar e interpretar padrões/temas, dentro dos dados recolhidos. Este tipo de análise revela-se metodologicamente adequada por permitir a identificação de temas sem impor um enquadramento teórico rígido, sendo compatível com perspetivas feministas críticas e interseccionais (Braun & Clarke, 2006). Por outro lado, esta abordagem tem sido eficaz na análise de representações mediáticas de movimentos feministas, como demonstram, por exemplo, Cerqueira et al. (2023), ao examinarem artigos de opinião sobre o #MeToo em Portugal, Sandberg e Coe (2019), na análise de reportagens e entrevistas sobre as demonstrações “Take Back the Night” na Suécia, e Awais e Ali (2025), ao aplicaram uma abordagem computacional com base em análise temática para estudarem a cobertura da Marcha Aurat (Marcha das Mulheres) na imprensa paquistanesa. Estes estudos evidenciam como a análise temática constitui uma ferramenta pertinente e valiosa para identificar padrões e analisar de que forma os média (re)produzem e/ou legitimam discursos sobre violência sexual e ativismo feminista.

A recolha e análise dos dados foi realizada manualmente, seguindo os seis passos propostos por Braun e Clarke (2006) para a análise temática. O processo iniciou-se com a familiarização com o *corpus*, seguida da codificação inicial por uma das autoras, que identificou e organizou os dados em torno de padrões significativos. Posteriormente, as restantes autoras realizaram uma leitura independente, permitindo o cruzamento de interpretações e a validação dos códigos. A triangulação entre as autoras garantiu a coerência e a fiabilidade da codificação, assegurando uma concordância substantiva quanto à categorização temática. Depois de consolidados os temas, a última etapa consistiu na análise final e elaboração do relatório, relacionando os resultados com a literatura existente. Por se tratar de um *corpus* relativamente reduzido e de uma abordagem qualitativa interpretativa, não foi utilizado *software* de análise assistida por computador (como NVivo ou MAXQDA), optando-se antes por uma análise manual detalhada que privilegiou o rigor interpretativo e a discussão coletiva entre investigadoras.

Resultados e discussão

Antes de identificarmos as principais temáticas destacadas na cobertura jornalística da SlutWalk em Portugal, será pertinente explorar a recolha de dados que foi feita, dado que a mesma nos transmite algumas informações sobre a representação do movimento. Dos 43 artigos analisados, a maioria recai na cobertura da SlutWalk em contexto nacional (28 artigos), sendo que 15 são referentes ao âmbito internacional. Neste caso, os países visados são o Brasil, Inglaterra, Colômbia, Israel e Estados Unidos da América.

Tabela 1: Número de peças noticiosas por ano

Anos													Total
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
7	6	6	1	0	0	4	13	4	0	2	0	0	43

Fonte: elaboração própria

Cronologicamente, o ano que tem mais cobertura no período temporal em análise é 2018 (13 artigos). Este ponto poderá ser motivado pela questão da SlutWalk ser um movimento precursor do #MeToo, apresentando ambos uma agenda que se foca na luta contra a violência sexual. O #MeToo, que alcançou projeção mediática transnacional em 2017, beneficiou de uma cobertura jornalística significativamente mais ampla do que a SlutWalk. Em Portugal, foi em 2018 que o #MeToo, no seu início, ganhou maior expressão e visibilidade nos média (Cerqueira et al., 2023).

Consideramos que o impacto que o #MeToo teve na esfera pública poderá ter contribuído para reativar o interesse mediático em torno da SlutWalk. Durante a década aqui em análise, a SlutWalk contou com a publicação de alguns (poucos) artigos em 2011, quando surge, e nos dois anos subsequentes, sendo que se pode considerar diminuta a visibilidade que é dada ao movimento pelos média tradicionais portugueses ao longo deste período. A partir de 2021, não existe nenhum artigo com menção ao movimento. Paralelamente, a página de Facebook da SlutWalk Porto não faz publicações desde 2022.

Outro dado a sublinhar é o facto de, das 43 peças noticiosas recolhidas, apenas 4 correspondem a artigos de opinião. O jornalismo de opinião tem a capacidade de influenciar não só determinadas posições, mas também de catalisar mudanças nas atitudes e comportamentos da esfera pública (Cerqueira et al., 2023) pelo que o número reduzido de artigos de opinião deste *corpus* pode denotar que o movimento não teve força suficiente para ser tematizado no espaço público.

Tabela 2: Número de peças noticiosas por jornais e revistas

Jornais								Total
Correio da Manhã	Diário de Notícias	Expresso	Jornal de Notícias	Observador	Público	Sábado	Visão	
6	14	1	6	1	14	1	0	43

É importante ainda assinalar que, na *Visão*, a revista informativa nacional mais antiga com circulação ininterrupta (C. R. Cardoso, 2022, p. 337), não encontramos qualquer peça sobre o movimento. O *Público* e o *Diário de Notícias* foram os jornais com o maior número de peças analisadas mas, ainda assim, no espaço de 10 anos, nenhuma revista/jornal com maior circulação digital paga teve mais do que 14 peças jornalísticas sobre o movimento (Tabela 2), sendo que algumas das peças encontradas revelam uma ligação muito residual ao mesmo (em alguns casos apenas com breves referências). Esta ausência de peças jornalísticas (no caso da *Visão*) e reduzido número de artigos (no caso dos restantes média tradicionais analisados) são ilustrativos da importância que foi dada ao movimento pelos média nacionais. A SlutWalk parece não ter sido considerada particularmente relevante para ser noticiada.

Quanto a jornalistas que escreveram as peças em análise, 18 foram escritas por mulheres e 4 por homens, sendo que em 21 artigos não foi possível aferir o género da pessoa que os redigiu. Este facto não deixa de ser relevante à luz do que anteriormente referimos relativamente à crescente participação das mulheres no jornalismo, que poderá contribuir para uma maior oposição às desigualdades e violência de género, sendo que o próprio pensamento feminista poderá conduzir a que se olhe para a violência sexual como um problema social (Garraio et al., 2023).

Da análise feita aos jornais referenciados, destacam-se três temáticas nos conteúdos noticiosos portugueses: "Cultura de violação", encontrada em 26 publicações; "(In)justiça judicial", encontrada em 8 publicações; e "O feminismo é para toda a gente?", encontrada em 9 publicações.

Cultura de violação

A cultura de violação é um dos temas de destaque na análise. A SlutWalk fez uso do ativismo *online* e *offline* para protestar contra realidades como a cultura de violação (Darmon, 2014) pelo que estas questões são também transpostas para a cobertura jornalística portuguesa.

Porque é urgente "denunciar a chamada 'rape culture', que pende para a culpabilização e responsabilização das vítimas e dá liberdade aos agressores" sexuais; porque "o assédio sexual e a violência de género não acontecem só aos outros"; porque "sair para a rua de mini-saia ou com um top justo não é um convite à violência física ou verbal", nem deve ser "encarado como algo extraordinário". (Público, 2012)

As peças jornalísticas destacam uma sociedade marcada pela misoginia e pelo machismo estrutural, uma cultura que normaliza o assédio e violência sexual. Além disso, uma das questões também visadas, dentro

desta cultura de violação, é a autodeterminação sobre os próprios corpos: as mulheres são culpadas pelo que vestem e pela forma como se comportam. A SlutWalk em Portugal é apresentada como um movimento em que as mulheres reclamam a autodeterminação sobre os próprios corpos, o direito a vestir o que quiserem, sem correrem riscos de serem violadas, apropriando-se, à semelhança do movimento internacional, do termo "slut" ("galdéria"). É justamente esta questão que o artigo de opinião publicado no *Público* a 27 de junho de 2012 evidencia:

Invertamos então os factores: se eu me chamar a mim mesmo "galdéria" por afirmar a minha autodeterminação como pessoa com um corpo que é meu, ou por considerar que tenho o direito a vestir-me das mais variadas formas sem ser alvo de agressão por isso – continuo sem descrever um comportamento objectivo, mas transformei o insulto em orgulho. (D. Cardoso, 2012)

É importante, contudo, referir que a forma como esta autodeterminação sobre os corpos é abordada em Portugal e em outros países parece distinta. Enquanto os jornais e revista nacionais referem que nas marchas internacionais as mulheres usam roupas provocantes, minissaias, roupa transparente, fazem *topless*, sendo esta uma das principais características do movimento internacional (Carr, 2013), em Portugal há uma nota recorrente que se encontra nas peças jornalísticas: não há nenhum tipo de *dresscode* ou acessórios obrigatórios. "A ideia não é 'vamos fazer uma marcha estranha, vestidos de forma estranha' para chocar as pessoas", lemos no artigo do *Público* a 30 de junho de 2012. Outras peças referem também que, em Portugal, a maioria das mulheres não optou por usar saltos altos, indumentárias ousadas ou fazer *topless*, denotando, em alguns casos, a relutância em participar num movimento com estas roupas menos "tradicionais":

Toda aperaltada para o passeio de fim-de-semana, o verniz das unhas já a descascar, Lúcia Romeira prepara-se para marchar Chiado abaixo, em Lisboa, com aquele pessoal novo. De repente, percebe e cai nela: "O quê, é para defender que andem pela rua quase nuas, a provocar os homens?! Deus me livre, então já não vou!". (Henriques, 2011)

Esta relutância demonstrada pela sociedade, e espelhada pela mediatização jornalística do tema, parece servir, por um lado, para descredibilizar o movimento, e, por outro, para reforçar ideias enraizadas na cultura de violação, nomeadamente a tendência para culpabilizar as mulheres, tal como assinala Williams (2007) no seu capítulo sobre o tema. O *Observador*, a 14 de julho de 2018, cita Carolina Marcello, uma das organizadoras da "SlutWalk – Marcha das Galdérias", nesse sentido:

Esta é uma marcha contra o assédio e a violência sexual, contra a culpabilização das vítimas pelos crimes que sofrem, no fundo, contra esta cultura da culpabilização da vítima do assédio. Estamos numa sociedade que em vez de apontar o dedo ao agressor, tenta procurar na vítima uma culpa que ela não tem. (Lusa, 2018a)

Alinhada com esta questão, a impunidade dos agressores é também sublinhada. Se as mulheres são culpadas, os agressores, tendencialmente homens, são isentados da sua culpa porque sucumbiram à sua

lívido. Se, nos média, encontramos testemunhos como “Um gajo viola alguém e arranjam-lhe sempre desculpas’, observa um homem com o cão pela trela, agrado com a iniciativa”, no mesmo artigo, no jornal *Público* de 26 de junho de 2011, também podemos ler “Então agora os homens andam a violar as mulheres?!”, espanta-se o engenheiro civil. ‘É uma patetice, mulher que é mulher só vai com um homem se quiser!’.” (Henriques, 2011). A cobertura jornalística da SlutWalk, à luz destes exemplos, parece revelar uma ausência de posicionamento claro por parte dos média face à culpabilização das vítimas e à impunidade dos agressores. Segundo Williams (2007) e Mendes (2015), a cultura de violação é sustentada por narrativas que responsabilizam as mulheres e naturalizam a agressão masculina. O uso do termo “slut”, historicamente associado ao controlo da sexualidade feminina (Carr, 2013), é central neste processo, sendo a SlutWalk uma resposta direta à perpetuação desses mitos (e.g., Gaucher et al., 2015). No entanto, ao reproduzirem testemunhos contraditórios — como os registados no *Público* (Henriques, 2011) — sem um enquadramento crítico, os média podem contribuir para reforçar ideias enraizadas na cultura de violação, falhando em assumir uma leitura crítica da violência sexual e do papel social da denúncia feminista.

Finalmente, de destacar é ainda o facto de o conceito de cultura de violação não ser desenvolvido de forma aprofundada nas peças noticiosas analisadas. Embora os artigos evidenciem que é uma marcha contra a violência sexual, a maioria fica-se por um breve relato de marchas já ocorridas ou que ainda irão acontecer. Sendo um dos objetivos primordiais da SlutWalk promover uma maior compreensão da violência sexual e cultura de violação na esfera pública (Mendes, 2015), os média tradicionais em Portugal resumiram-se a uma abordagem simplista e superficial destes conceitos, não contribuindo para a sua verdadeira compreensão. Isto parece ser consistente com o que tem sido apontado na literatura: a cobertura mediática, embora possa contribuir para a sensibilização pública, tende a apresentar a violência sexual num enquadramento episódico, o que esvazia o potencial transformador do movimento e favorece a perpetuação de mitos e a minimização da gravidade do problema, refletindo práticas jornalísticas influenciadas por estruturas patriarcais (Cerqueira et al., 2023; Mendes, 2015; Santos et al., 2022).

(In)justiça judicial

A questão da impunidade dos agressores anteriormente mencionada conduz-nos a outro tema que se destaca neste *corpus*: (In)justiça judicial. Embora sejam visados casos nacionais e internacionais dentro desta temática, é a realidade nacional que ganha maior relevância. A cultura de violação refere-se não só à normalização da violação das mulheres, mas também, e consequentemente, à impunidade dos agressores. A SlutWalk tem procurado alertar para a necessidade de melhorar os sistemas policiais e judiciais (Mendes, 2015) uma vez que, por vezes, e ainda que de maneira inconsciente, quer agentes policiais, quer judiciais, se deixam influenciar por narrativas e estereótipos associados à cultura de violação, o que culmina em decisões que legitimam a violência contra as mulheres e deixam os agressores impunes (Matthews, 2023). Em Portugal, a falta de objetividade no processo judicial, como critério orientador da aplicação da lei em sociedades democráticas (Matthews, 2023), foi um dos fatores instigadores para a realização das marchas. Além disso, é preciso reforçar a confluência existente entre média e sistema judicial, podendo os média influenciar decisões judiciais (Thacker, 2017). Os jornais e revista em análise cobriram os protestos da SlutWalk contra acórdãos que, considera o movimento nacional, perpetuam a cultura de violação, trazendo à colação questões como sentenças favoráveis aos agressores e argumentos culpabilizantes das vítimas,

justiça machista e falta de aplicabilidade das leis na prática.

Os Acórdãos do Tribunal da Relação no Porto são particularmente visados nas manifestações de rua convocadas pela SlutWalk Porto e pela rede de ativistas A Coletiva. De facto, estas duas organizações realçam a ligação estreita entre a cultura de violação (primeira temática identificada no *corpus*) e o sistema judicial, como é reportado no *Expresso*, a 21 de setembro de 2018:

“Não aceitamos uma justiça machista! Não aceitamos que os tribunais sejam um palco para a cultura da violação, uma cultura que transforma as vítimas em culpadas, uma cultura que subvaloriza e invisibiliza as vítimas”, lê-se na página do evento no Facebook. “Temos de ocupar novamente a praça, porque não podemos consentir que a justiça seja injusta”, concluem. (Expresso, 2018)

Em 2011 e em 2012, associado ao movimento SlutWalk, os média reportaram a decisão do Tribunal da Relação do Porto (que decretava a absolvição de um psiquiatra condenado por ter violado uma paciente sua grávida), como exemplificado pelo artigo do *Diário de Notícias* de 1 de julho de 2012:

“Infelizmente continuam a haver decisões nos tribunais em que as pessoas que são abusadas e assediadas são duplamente vítimas porque são julgadas moralmente no tribunal e os abusadores não são devidamente condenados”, criticou [Anabela Rocha], dando como exemplo um caso de um médico que foi condenado a uma pena suspensa por ter abusado sexualmente de várias pacientes. (Lusa, 2012)

Já em 2018, o acórdão do Tribunal da Relação do Porto (que confirmava a condenação de dois homens a penas suspensas por violência doméstica, censurando a vítima por manter uma relação extraconjugal) levou a que a SlutWalk Porto e a rede de ativistas A Coletiva organizassem uma manifestação. Meses mais tarde, um outro acórdão do mesmo Tribunal (que manteve em liberdade, com pena de prisão suspensa, dois homens que violaram uma mulher inconsciente na casa de banho de uma discoteca) levou a que as mesmas entidades organizassem o protesto “Mexeu com uma, mexeu com todas, não à cultura da violação”. Na convocatória para a manifestação, e tal como mencionado no *Correio da Manhã*, a 25 de setembro de 2018, conclui-se “Basta de (in)justiça machista. Basta de culpar as vítimas e desculpar os agressores” (Correio da Manhã, 2018).

A referência à (in)justiça machista, praticada por homens e mulheres por se inserir numa cultura machista estrutural que faz com que as mulheres continuem a ser tidas como culpadas das suas violações, é frequente nos artigos analisados. São os acórdãos supramencionados, que consideram os danos de uma violação como “menores”, que fazem com que não existam consequências para quem as merece, os agressores, mas apenas para as mulheres. No *Diário de Notícias*, a 24 de setembro de 2018, lê-se “Os tribunais portugueses, disse Andreia Peniche, ‘continuam a ter uma dupla moral: fazem leituras de comportamentos das mulheres que, se fossem praticados por homens, tinham leituras diferentes.’” (Lusa, 2018b).

Segundo Catharine A. MacKINNON (2007), “a maioria das mulheres dirá que a lei tem pouco a ver com as suas vidas quotidianas” (p. 32). Esta afirmação reflete a perceção de que a lei permanece distante das experiências vividas por muitas mulheres, uma distância que se agrava quando a sua aplicação é influenciada

por estereótipos de género e preconceitos, mesmo que inconscientes, comprometendo a imparcialidade da justiça (Matthews, 2023). Apesar da ratificação da Convenção de Istambul e de avanços legislativos, a literatura sugere que a aplicação da lei em Portugal em casos de violência sexual continua a reproduzir mitos de violação (Santos et al., 2022), evidenciando práticas judiciais que, em vez de proteger, perpetuam desigualdades de género. Esta crítica é reforçada na análise que fizemos, tanto pelas ativistas, que ganham voz na cobertura mediática, como pelas próprias peças jornalísticas, que denunciam o desfasamento entre a legislação e as transformações sociais e culturais em torno dos papéis de género. A mediatização desta crítica nas marchas, nomeadamente durante a SlutWalk, traduz, desta feita, não apenas uma denúncia da cultura de violação institucionalizada, mas também uma exigência de transformação estrutural na justiça e na sociedade. Ainda assim, as ativistas revelam esperança: “As coisas não estão a mudar tão rápido como gostaríamos”, lamentam. “Mas sentimos muita esperança em ver tantas pessoas unidas. Sempre que acontecer temos que sair à rua.” (Flor, 2018).

O feminismo é para toda a gente?

O terceiro e último grande tema que encontramos na nossa análise é O feminismo é para toda a gente?, que espelha a complexidade de posicionamentos relativamente aos feminismos. Este tema foi baseado no título dado a uma das peças noticiosas analisadas (Duarte, 2017) que, por sua vez, toma como inspiração a obra de bell hooks (2018) que reconhece que todas as pessoas devem participar no movimento feminista. Apesar da controvérsia internacional quanto ao SlutWalk poder ser considerado um movimento feminista, na cobertura jornalística nacional, o mesmo é enquadrado dentro dos feminismos interseccional e transnacional (Oliveira & Murad, 2022). Em algumas peças noticiosas analisadas, é realçada a voz da organização que reitera esse posicionamento, como se pode ver na seguinte frase no *Diário de Notícias* a 14 de setembro de 2017:

A marcha é “um movimento internacional feminista que não subscreve nenhuma ideologia política em particular” nem parte “de nenhuma organização oficial”, visando apenas a “igualdade de direitos, independentemente de géneros, orientação sexual, raça ou credo”, explicou à Lusa a organizadora Luísa Cativo. (Lusa, 2017a)

De facto, a própria SlutWalk internacional, apresenta-se como um movimento que denuncia a cultura de violação e a violência sexual que é usada como arma de opressão sistémica, movida pelo sexismo, racismo, imperialismo, colonialismo, classicismo e heterossexismo (Mendes, 2015). No entanto, os artigos que se enquadram nesta temática não parecem traduzir uma representação interseccional do movimento. Embora alguns meios de comunicação social em Portugal tenham mencionado o seu potencial inclusivo, com base no testemunho de ativistas, a cobertura jornalística parece sugerir que a SlutWalk não se traduziu num “feminismo para toda a gente”, revelando a ausência de uma perspetiva verdadeiramente interseccional. Ou seja, embora seja referida a presença de “mulheres e outras minorias” (Lusa, 2017a), quem são estas mulheres e minorias e como contribuem para o movimento não é especificado nas peças noticiosas. Críticas semelhantes têm vindo a ser feitas ao movimento noutros contextos, nomeadamente pela sua perceção como predominantemente branco e de classe média, sem abranger outras características identitárias

(Gaucher et al., 2015). A própria palavra “slut” carrega um peso histórico distinto consoante a racialização das mulheres, afetando de forma diferenciada mulheres negras e brancas (Gaucher et al., 2015). Neste sentido, apesar da interseccionalidade ser um conceito fundamental nos feminismos contemporâneos por permitir articular diferentes formas de opressão e afirmar identidades plurais (Oliveira & Murad, 2022), parece ser pouco visível na cobertura jornalística da SlutWalk em Portugal.

A reportagem de Mariana Duarte no jornal *Público*, de 3 de dezembro de 2017, com o título “O feminismo é para toda a gente”, tenta aprofundar a questão da interseccionalidade nos movimentos feministas. Contudo, a ligação desta peça ao movimento SlutWalk é residual, havendo apenas uma referência no final a uma das organizadoras (Duarte, 2017). O artigo de opinião de Tatiana Salem Levy, “A vez das mulheres brasileiras”, publicado a 4 de outubro de 2018, também atende à interseccionalidade, mas com uma menção à SlutWalk (“Marcha das Vadias”) muito breve (Levy, 2018), revelando que esta foi uma questão insuficientemente desenvolvida.

Em algumas peças noticiosas procurou-se explicar e desmistificar o que são os feminismos. “São feministas, mas convém sublinhar que o feminismo não contempla apenas os ‘direitos das mulheres’, mas sim a ‘dignidade humana para todas as pessoas, independentemente do seu sexo ou género’.”, como refere o *Público* a 30 de junho de 2012. Além disso, houve a preocupação de demarcar a questão de “feminismo vs. Machismo”, como conseguimos perceber no *Diário de Notícias* a 17 de setembro de 2017:

A definição da palavra feminismo foi um dos temas que mais preocupação suscitou, por receios de que seja entendida “como o equivalente feminino do machismo”, disse uma das organizadoras, Carolina Marcelo, sublinhando que o termo “não implica mais que a luta pela igualdade entre os sexos”. (Lusa, 2017b)

Embora não assumindo posicionamentos claros em relação aos feminismos, as peças do nosso *corpus* identificam práticas e posicionamentos anti-feministas no espaço público português. A falta de compreensão do feminismo enquanto luta por direitos humanos e pela igualdade de género continua a ser uma barreira significativa à sua legitimação social. Como referem Oliveira e Murad (2022), os feminismos contemporâneos, assentes em perspetivas interseccionais e transnacionais, procuram representar a pluralidade das experiências e construir alianças globais em torno de direitos fundamentais. No entanto, este ideal inclusivo nem sempre encontra eco na receção pública, frequentemente marcada por estigmatização e desconhecimento. Um exemplo claro desta resistência surge na reação de um candidato da Iniciativa Liberal à SlutWalk no Porto noticiada pela revista *Sábado*, a 28 de maio de 2021 — “vamos a isto, putinhas” (Davim, 2021) — que ilustra não só o desprezo pelo movimento, mas também a apropriação misógina de um termo que o próprio movimento procura ressignificar (Carr, 2013; Gaucher et al., 2015). Esta hostilidade manifesta-se em discursos que desvalorizam e ridicularizam o feminismo, associando-o a radicalismo, desvio moral ou rejeição da feminilidade: “Os rótulos são imensos: não se querer depilar, não gostar de maquilhagem, não gostar de usar vestidos, ou mesmo dizer que todas as feministas são lésbicas (o que, além de ‘absurdo’, é ‘muito preconceituoso’, condena).”, comenta a ativista Maynara Fanucci numa peça de 13 de setembro de 2019 para o *Público* (Flor, 2019). Apesar de algumas peças procurarem desconstruir estes mitos associados aos feminismos, o enquadramento geral revela que estes continuam a ser alvo de estigmatização e incompreensão. Esta tensão reflete os constrangimentos culturais e estruturais

com que o movimento se depara no contexto português, onde o conservadorismo e a persistência de discursos anti-feministas limitam a receção pública de propostas feministas interseccionais, evidenciando que os feminismos, sendo para toda a gente, não são aceites por toda a gente.

Conclusão

Partindo das questões de investigação que orientam este artigo — nomeadamente de que forma foi feita a cobertura jornalística da SlutWalk nos média tradicionais em Portugal, que agendas do movimento foram visibilizadas e que enquadramentos temáticos foram predominantes —, a análise revela um tratamento noticioso marcado por ambivalências. Apesar de os média abordarem temas centrais da agenda da SlutWalk, como a cultura de violação ou as (in)justiças judiciais, fá-lo frequentemente de forma superficial, descontextualizada ou pouco crítica. Em várias peças é referido, por exemplo, que as participantes não precisam de se vestir de forma provocadora para integrar a marcha, uma observação que pode ser interpretada como uma crítica velada ao movimento e à sua estratégia simbólica, contribuindo para a sua descredibilização. Paralelamente, é dada voz a testemunhos abertamente contrários ao movimento, às suas participantes e aos feminismos em geral, sem que esses discursos sejam enquadrados ou problematizados. Esta abordagem contribui para uma mediatização que, embora visibilize a SlutWalk, o faz de forma ambígua, sem assumir um posicionamento claro quanto às suas reivindicações ou ao seu potencial transformador.

Por outro lado, a cobertura nacional do movimento SlutWalk ao longo dos anos tem vindo a ser, como vimos, flutuante. Em 2018, a SlutWalk mereceu maior destaque por parte dos média, sendo o ano com o maior número de artigos publicados sobre o movimento. Em 2011, ano em que surge, e nos dois anos subsequentes, alguns (poucos) artigos foram publicados. Nos anos de 2015, 2016, 2022 e 2023, nenhum artigo foi publicado. A par disso, dos jornais/revista analisados, nenhum deles ultrapassa as 14 peças jornalísticas sobre o movimento, sendo que muitos dos artigos analisados correspondem a breves relatos sobre as marchas ou têm apenas uma ligação residual ao movimento. Também a revista informativa nacional mais antiga com circulação ininterrupta (C. R. Cardoso, 2022), a *Visão*, não apresentou nenhuma peça sobre o movimento durante o período temporal analisado.

Podemos, assim, considerar que a SlutWalk não é um movimento que tenha tido particular visibilidade no jornalismo português. Após os anos em que atinge o seu ponto alto, desaparece da cobertura jornalística a partir de 2021, dentro do período em análise. Esta questão poderá também estar associada ao facto de o próprio movimento em Portugal ter deixado de ter presença no seu principal canal de comunicação e de difusão de informação: o Facebook. Assim, embora a SlutWalk em Portugal tenha prosseguido questões sociais e culturais já há muito discutidas no nosso país, parece ter falhado o desafio de conseguir manter o movimento relevante para as agendas mediáticas portuguesas.

Enquanto movimento que procura desafiar a cultura de violação, e a ideia de que as sobreviventes são culpadas da violência sexual, a temática que mais sobressai na cobertura jornalística nacional é “Cultura de violação”, destacando-se, no *corpus*, artigos que referem a autodeterminação das mulheres sobre os seus próprios corpos, a culpabilização das vítimas e a impunidade dos agressores. De considerar é, contudo, o facto de, contrariamente à generalidade do movimento transnacional, que tem como uma das características principais as mulheres/participantes usarem roupas associadas a “sluts”, em Portugal, os média tradicionais reforçarem que as mulheres não optaram por indumentárias ousadas, revelando as singularidades culturais do país e a adaptabilidade do movimento a contextos locais.

Tal como acontece em outros países, em que a cobertura jornalística da SlutWalk não forneceu elementos suficientes para incrementar a discussão sobre direitos das mulheres e combate à violência sexual (Mendes, 2015; Prudencio et al., 2016), em Portugal, embora tenham sido apresentados no *corpus* os princípios que subjazem à SlutWalk, a cobertura jornalística não permitiu que se abrisse uma verdadeira discussão sobre os objetivos do movimento. O conceito de cultura de violação é abordado de forma simplista e superficial, frequentemente no meio de artigos com uma extensão bastante curta onde o foco é informar sobre uma marcha que já aconteceu ou irá ocorrer. Os média nacionais não contribuíram significativamente para desconstruir as bases que sustentam a cultura de violação, o que poderá favorecer a sua perpetuação na esfera pública.

A segunda temática identificada no *corpus*, “(In)justiças judiciais”, denota uma ligação entre decisões judiciais em Portugal e cultura de violação, com as peças analisadas a anunciar (e denunciar) protestos promovidos pela SlutWalk Porto em torno de acórdãos que culpabilizam as vítimas e isentam os agressores. A cobertura jornalística portuguesa, dentro desta temática, apresenta artigos mais extensos que alertam para a subjetividade das instituições e dos agentes judiciais (Matthews, 2023), movidos por ideais machistas, e para a inaplicabilidade das leis na prática jurídica.

No âmbito da última temática identificada, “O feminismo é para toda a gente?”, os média tradicionais em Portugal caracterizaram a SlutWalk como movimento feminista. Contudo, as peças jornalísticas não parecem atender devidamente ao facto de certos grupos de mulheres socialmente mais vulneráveis correrem mais riscos de serem vitimizados e culpados pela sua vitimização devido a diversas camadas de opressão e formas de discriminação a que estarão sujeitos (Mendes, 2015). Embora a cobertura mediática tenha procurado salientar que a SlutWalk prima pela inclusão, reforçando a presença de homens nas marchas, por exemplo, não se sentiu que a questão da interseccionalidade fosse um assunto consolidado. Enquanto em outros países é evidenciada a presença de pessoas *queer* e de profissionais do sexo nas marchas (Mendes, 2015; Prudencio et al., 2016; Chidgey 2021), a cobertura jornalística em contexto nacional identifica um movimento de mulheres cisgénero e heterossexuais, brancas e de classe social média, o que parece vir reforçar as críticas à SlutWalk pela sua falta de interseccionalidade (Gaucher et al., 2015). Em Portugal, tal como nos revelam os média analisados, os feminismos não parecem ser para “toda a gente”, sendo que algumas peças jornalísticas revelam posicionamentos e práticas anti-feministas (em testemunhos e comportamentos citados) e a necessidade de desmistificar e explicar o que são os feminismos, numa tentativa de desconstruir preconceitos relativos ao termo.

Em suma, a cobertura jornalística da SlutWalk em Portugal revela um tratamento mediático paradoxal: se por um lado reconhece o movimento como feminista e visibiliza algumas das suas reivindicações centrais, como a denúncia da cultura de violação e das (in)justiças judiciais, por outro, tende a esvaziar o seu potencial político através de representações superficiais, descontextualizadas e pouco interseccionais. Ficam, contudo, questões por explorar. Entre elas, a autoria feminina de grande parte das peças (18 no total) levanta a hipótese de que as mulheres jornalistas possam ter um papel específico na forma como estes temas são enquadrados. A relação entre autoria, género e discurso mediático poderá, assim, constituir um campo importante para investigações futuras, nomeadamente no que diz respeito ao contributo das mulheres na desconstrução da cultura de violação e na promoção de um jornalismo feminista e interseccional.

Financiamento

Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto “FEMglocal – Movimentos feministas glocais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Referências bibliográficas

- Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (s.d.). *APCT – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação*. <https://www.apct.pt/>
- Awais, M., & Ali, F. (2025). The annual struggle for equality: Analysis of Aurat March coverage in Pakistan’s English print media (2018–2024). *Women’s Studies International Forum*, 110, 103088. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2025.103088>
- Black Women’s Blueprint (2016). An open letter from black women to the slutwalk. *Gender and Society*, 30(1), 9–13. <http://www.jstor.org/stable/24756160>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Cardoso, C. R. (2022). Capítulo IV: As revistas durante a Democracia (1974-...). Em C. R. Cardoso, C. Azevedo, & J. P. Sousa (Eds.), *Para uma História das Revistas de Informação Geral em Portugal* (pp. 335–575). ICNOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa. <https://doi.org/10.34619/7WGF-1QRY>
- Cardoso, D. (2012, 27 de junho). As galdérias (também) marcham. *Público*. <https://www.publico.pt/2012/06/27/p3/cronica/as-galderias-tambem-marcham-1813621>
- Carr, J. L. (2013). The SlutWalk Movement: A Study in Transnational Feminist Activism. *Journal of Feminist Scholarship*, 4(4), 24–38.
- Cerqueira, C.; Taborda, C. & Pereira, A. S. (2023). #MeToo em Portugal: Uma análise temática do movimento através de artigos de opinião. *Cuadernos.info*, 55, 1–21. <https://dx.doi.org/10.7764/cdi.55.57013>
- Chidgey, R. (2021). Postfeminism™: celebrity feminism, branding and the performance of activist capital. *Feminist Media Studies*, 21(7), 1055–1071. <https://doi.org/10.1080/14680777.2020.1804431>

- Correio da Manhã (2018, 25 de setembro). Movimentos feministas convocam protestos contra decisão de juizes de Gaia. *Correio da Manhã*. https://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/movimentos-feministas-criam-protestos-contradecisao-de-juizes-de-gaia?ref=Pesquisa_Destaques
- Cruz, R. V. & Cerqueira, C. (2017). SlutWalk goes glocal: estratégias de difusão online no caso português. Em R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no mundo e o mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 213–236). CECS. <https://hdl.handle.net/1822/55149>
- Cruz, R. V., Cerqueira, C., & Santos, A. (2018). De uma teia a uma rede: SlutWalk Portugal nas redes sociais online. Em M. Magalhães, L. M. Loureiro, E. Pinto da Costa, & M. B. Ribeiro, *Constelações do Ativismo em rede: Livro de Atas do II Congresso Internacional de Net-Ativismo* (pp. 68–86). Edições Universitárias Lusófonas.
- Darmon, K (2014). Framing SlutWalk London: How Does the Privilege of Feminist Activism in Social Media Travel into the Mass Media?. *Feminist Media Studies*, 14(4), 700–704. <https://doi.org/10.1080/14680777.2014.935208>
- Davim, M. (2021, 28 de maio). Iniciativa Liberal: Candidatos desbocados? Já mudaram. *Sábado*. <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/iniciativa-liberal-candidatos-desbocados-ja-mudaram>
- Duarte, M. (2017, 3 de dezembro). O feminismo é para toda a gente. *Público*. <https://www.publico.pt/2017/12/03/sociedade/noticia/o-feminismo-e-para-toda-a-gente-1794481>
- Expresso (2018, 21 de setembro). “Não à cultura da violação”. Feministas marcam manifestação contra a acórdão polémico do Tribunal do Porto. *Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/2018-09-21-Nao-a-cultura-da-violacao.-Feministas-marcam-manifestacao-contradecisao-polemico-do-Tribunal-do-Porto>
- Flor, A. (2018, 26 de setembro). “É violação, não é sedução.” Porto protesta contra sentença do tribunal. *Público*. <https://www.publico.pt/2018/09/26/sociedade/noticia/e-violacao-nao-e-seducacao-porto-protesta-contradecisao-do-tribunal-da-relacao-1845391>
- Flor, A. (2019, 13 de setembro). Empodere-se!: Uma “conversa informal” sobre autocuidado feminista. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/09/13/impar/noticia/autocuidado-feminista-bolsonaro-1886280>
- Furtado, D. (2011, 28 de Junho). Marchas das Galdérias Há uma nova voz do feminismo. *Público*. <https://www.publico.pt/2011/06/28/jornal/marchas-das-galderias-ha-uma-nova-voz-do-feminismo-22366801>

- Garraio, J.; Amaral, I.; Simões, R. B. & Santos, S. J. (2023). Forward and backwards: Sexual violence in Portuguese news media. Em K. Boyle & S. Berridge (Eds.), *The Routledge Companion to Gender, Media and Violence*. <https://doi.org/10.4324/9781003200871>
- Gaucher, D.; Hunt, B. & Sinclair, L. (2015). Can pejorative terms ever lead to positive social consequences? The case of SlutWalk. *Language Sciences*, 52, 121–130. <http://dx.doi.org/10.1016/j.langsci.2015.03.005>
- Geertsema-Sligh, M. (2019). Gender Issues in News Coverage. Em T.P. Vos, F. Hanusch, D. Dimitrakopoulou, M. Geertsema-Sligh and A. Seh (Eds.), *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0162>
- Henriques, A. (2011, 26 de junho). "Descaradas" e "galdérias" - mas não muito - desceram Chiado contra violência sexual. *Público*. <https://www.publico.pt/2011/06/26/jornal/descaradas-e-galderias--mas-nao-muito--desceram-chiado-contra-violencia-sexual-22329059>
- Herriot, L. (2015). SlutWalk: Contextualizing the movement. *Women's Studies International Forum*, 53, 22–30. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2015.08.001>
- hooks, bell. (2018). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Rosa dos Tempos.
- Johnson, N. L. & Johnson, D. M. (2017). An Empirical Exploration Into the Measurement of Rape Culture. *Journal of Interpersonal Violence*, 1–26. <https://doi.org/10.1177/0886260517732347>
- Lawless, B. & Chen, Y. (2019). Developing a Method of Critical Thematic Analysis for Qualitative Communication Inquiry. *Howard Journal of Communications*, 30(1), 92–106. <https://doi.org/10.1080/10646175.2018.1439423>
- Levy, T. S. (2018, 4 de outubro). A vez das mulheres brasileiras. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/1864/mulheres-brasileiras-9943851.html/>
- Lusa (2011, 11 de agosto). 1.ª Marcha das Galdérias contra rótulos de provocações. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/portugal/norte/1-marcha-das-galderias-contra-rotulos-de-provocacoes-1950618.html/>
- Lusa (2012, 1 de julho). "Marcha das Galdérias" junta dezenas em Lisboa. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/portugal/sul/marcha-das-galderias-junta-dezenas-em-lisboa-2642264.html/>
- Lusa (2017a, 14 de setembro). Marcha das Galdérias volta sábado ao Porto pelo fim do assédio. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/sociedade/marcha-das-galderias-volta-sabado-ao-porto-pelo-fim-do-assedio-8769685.html/>

- Lusa (2017b, 17 de setembro). "Galdérias" voltam a marchar no Porto contra banalização da violência de género. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/lusa/galderias-voltam-a-marchar-no-porto-contrabanalizacao-da-violencia-de-genero-8776812.html/>
- Lusa (2018a, 14 de julho). 'Galdérias' marcham sábado à noite no Porto contra o assédio e violência sexual. *Observador*. <https://observador.pt/2018/07/14/galderias-marcham-sabado-a-noite-no-porto-contrao-assedio-e-violencia-sexual/>
- Lusa (2018b, 24 de setembro). Porto protesta quarta-feira contra sentença que desvalorizou violação de mulher. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/lusa/porto-protesta-quarta-feira-contrasentenca-que-desvalorizou-violacao-de-mulher--9899496.html/>
- MacKINNON, C. A. (2007). *Women's Lives, Men's Laws*. Harvard University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv1pdrpw3>
- Matthews, J. Z. (2023). Telling the Right Story to Get the Right Law: Using Qualitative Frame Analysis to Get Better Rape Law. Em C. Bailey, R. McCree, L. Lazarus, N. D. Jones (Eds.), *The Routledge Companion to Applied Qualitative Research in the Caribbean* (pp. 27–41).
- Mendes, K. (2015). *SlutWalk: Feminism, activism and media*. Palgrave Macmillan.
- Oliveira, L. & Murad, E. M. (2022). Feminismo interseccional: fortalecendo o movimento a partir da transnacionalidade. *Novos Rumos Sociológicos*, 10(18), 130–151. <https://doi.org/10.15210/norus.v10i18.4846>
- Prudencio, K.; Rizzotto, C. & Silva, M. S. (2016). Muita cena e pouca comunicação política? A Marcha das Vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 13(1), 89–102. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2016v13n1p89>
- Público (2012, 30 de Junho). As SlutWalks estão de volta: porque sair à rua de mini-saia não é um convite à violação. *Público*. <https://www.publico.pt/2012/06/30/p3/noticia/as-slutwalks-estao-de-volta-porque-sair-a-rua-de-minisaia-nao-e-um-convite-a-violacao-1813626>
- Público (2018, 24 de setembro). Protesto convocado: "Não aceitamos uma justiça machista!". *Público*. <https://www.publico.pt/2018/09/24/sociedade/noticia/protesto-convocado-nao-aceitamos-uma-justica-machista-1845010>
- Sandberg, L., & Coe, A. B. (2019). Taking back the Swedish night: making and reclaiming space. *Gender, Place & Culture*, 27(7), 1044–1062. <https://doi.org/10.1080/0966369X.2019.1693339>

- Santos, S. J., Garraio, J., De Sousa Carvalho, A., & Amaral, I. (2022). A space to resist rape myths? Journalism, patriarchy and sexual violence. *European Journal of Women's Studies*, 29(2), 298–315. <https://doi.org/10.1177/13505068211048465>
- SlutWalk Porto. (2015). SlutWalk Porto: Apresentação [Facebook]. SlutWalk Porto. <https://www.facebook.com/SlutwalkPorto>
- Taneja, M (2019). From Slutwalks to Nirbhaya: Shifts in the Indian women's movement. *Women's Studies International Forum*, 71, 179–187. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2019.04.002>
- Thacker, L. K. (2017). Rape Culture, Victim Blaming, and the Role of Media in the Criminal Justice System. *Kentucky Journal of Undergraduate Scholarship*, 1(8), 89–99. <https://encompass.eku.edu/kjus/vol1/iss1/8>
- Williams, J. E. (2015). Rape Culture. Em G. Ritzer (Ed.), *The Blackwell Encyclopedia of Sociology* (pp. 3791–3795). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781405165518.wbeosr019.pub2>